

ATA DA 80ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMGDT

Às dezoito (18) horas e trinta (30) minutos do dia cinco (05) do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis (2016), o Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial do Município de Itajaí - CMGDT reuniu-se na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Comunicação Social, na Prefeitura de Itajaí, situada na Rua Alberto Werner nº 100, Vila Operária, neste Município, para sua octogésima reunião, onde se fizeram presentes os seguintes conselheiros, representando suas respectivas entidades: o Presidente do CMGDT, Amarildo Madeira, Homero Bruno Malburg e João de Barros Leite – representando a Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), Daniel Moojen Lemos e Rafael da Silveira Santos Albuquerque – Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG), Wilson Kalil Elias – Secretaria Municipal de Habitação, Marcelo Fóes Scherer – Secretaria de Fazenda, Maria Valdete Orci de Campos – Secretaria Municipal de Turismo, Sálvio de Jesus – Secretaria Municipal de Segurança do Cidadão, Francisco Carlos do Nascimento – Fundação de Meio Ambiente de Itajaí (FAMAI), Marcio Venicio Bernadino – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura (SEMASA), Antônio Carlos Floriano – Fundação Genésio Miranda Lins (FGML), Flávia Cristina Fanta Sehn – Associação dos Moradores do km 12, Baía e Paciência, Josemar Siemann – Associação de Moradores do Bairro São João, Giordano Zaguini Furtado – Associação dos Moradores do BNH, Maria Inês Freitas dos Santos – Associação de Moradores de Cabeçadas, Amanda Schneider – União dos Amigos da Brava (UNIBRAVA), Márcio Cristiano Dorneles Dias – Associação dos Proprietários da Praia Brava Norte (APROBRAVA), Osmar Altair Adriano – Sindicato dos Auxiliares da Administração Escolar de Itajaí (SAAE), Eduardo Luís Agostini da Silva – Sindicato da Indústria da Construção Civil dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (SINDUSCON), Leonardo Ferreira Santos – Associação Empresarial de Itajaí (ACII), Fábio Inthurn – Associação Intersindical Patronal de Itajaí (INTERSINDICAL), Jeronimo Luís Rauber – Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI), Robson Carlos Santos – Associação Regional dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos (AREA), Rodrigo Lamim – Rotary Club Itajaí Norte, Patrícia Trentin – Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

I – abertura e informes da presidência: O Presidente começou agradecendo a presença de todos os conselheiros, como também dos convidados, o diretor do Museu Histórico de Itajaí Agnaldo Pinheiro e o arquiteto Ricardo Rebello da Cunha da Secretaria Municipal de Urbanismo, como também recebeu o conselheiro Giordano Zaguini Furtado como representante da Associação dos Moradores do BNH, em substituição ao conselheiro anterior. Logo em seguida o Presidente informou que na última ata e consequentemente na pauta desta reunião, foi comunicado que seria feita uma explanação da Comissão dos Conflitos do Zoneamento, no entanto a Comissão é a do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano. Foi informado também que no dia 21 de junho foi realizada a 6ª Conferência das Cidades. O conselheiro Rodrigo Lamim lembrou que no dia 13 de julho será feita a audiência pública do Plano de Mobilidade.

II – aprovação da pauta: O Presidente informou que foram pautados quatro assuntos pautados para serem discutidos e deliberados, sendo o primeiro relacionado às divergências entre as leis municipais no que tratam sobre Ático, o segundo também abordando sobre as divergências entre as leis, porém tratando sobre Mezanino, o terceiro sobre os trabalhos da comissão de análise do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e o quarto e último assunto, referentes aos casos enquadrados pela Lei nº 215 como atividades permissíveis. O conselheiro Giordano Zaguini Furtado solicitou que fosse incluído informe sobre a recente de-

cisão do Tribunal de Justiça sobre a Lei de Zoneamento aplicável à região norte da Praia Brava. Não havendo outras propostas e sendo incorporada a sugestão do conselheiro Giordano, a pauta foi aprovada pelos conselheiros. **III – debate e votação das atas das reuniões anteriores:** O Presidente colocou em votação a ata da 78ª reunião, que foi aprovada com unanimidade, salientando que a 77ª reunião não teve o quórum mínimo. Adentrando ao primeiro assunto da pauta, o Presidente contextualizou a necessidade de serem deliberados pelo CMGDT alguns temas que tem causado divergência entre analistas e projetistas, como a questão do Ático e do Mezanino. Em seguida, após apresentar o Arquiteto Ricardo Rebello da Cunha, analista de projetos da Diretoria de Controle Urbano da SMU, passou a palavra ao mesmo para que iniciasse falando sobre **(i) Ático**. Buscando a pesquisa histórica e técnica, o arquiteto Ricardo afirmou que o ático é caracterizado como o andar técnico superior da edificação. Registrou que é comum essas definições constarem no glossário das leis de zoneamento, onde também estão definidos os demais termos técnicos, mas que a nossa Lei nº 215/2012 [Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo de Itajaí], não apresenta a definição de ático, vindo a fazê-lo somente no artigo 69, quando trata das áreas não computáveis. O arquiteto mostrou os diferentes locais onde é citado esse termo, citando que no artigo 71 do Código de Zoneamento o ático não é considerado no número de pavimentos e que esta questão interfere muito na proposta de projeto, exemplificando que em um projeto arquitetônico onde o ático é usado como andar superior de um duplex, o edifício passa a contar com um andar excedente, acrescentando ainda que a lei não exige recuo lateral para o ático, somente para frente e fundos da edificação, ao que o Presidente do Conselho explicou que os recuos laterais e de fundos são estipulados pela altura e os frontais pela caixa da via. O arquiteto Ricardo exemplificou que na Praia Brava, onde na terceira quadra é permitido térreo mais oito pavimentos, na realidade ficaria com um pavimento a mais pelo fato do ático não ser considerado, ou até mesmo com mais pavimentos se for somado o mezanino. Ressaltou que dependendo da interpretação do ático, o enquadramento do projeto na tabela que define recuos pode mudar, visto que ele é definido pela altura da edificação. O conselheiro Homero Bruno Malburg mencionou que no momento em que todas as áreas da edificação forem computadas, o problema poderia ser resolvido. O conselheiro Eduardo Luís Agostini da Silva concordou com o comentário do conselheiro Homero Bruno Malburg sobre considerar todas as áreas computáveis, mas frisou que com isso os índices precisariam ser revistos. O conselheiro Eduardo continuou dizendo que para a definição da altura permitida, não deve ser usado pavimentos e sim a altura final em metros, o que eliminaria as dúvidas, mencionou ainda que a lei deve ser respeitada e que pelo seu entendimento a lei está clara da maneira na que está escrita no sentido de não poder ser usado como habitacional. Eduardo mencionou ainda que a comissão do CMGDT está fazendo a sua parte anotando os conflitos da lei de zoneamento para uma futura revisão. O conselheiro João Leite de Barros entende perguntou se o propósito do Conselho é esclarecer o que está na lei ou fazer uma resolução a respeito do assunto, ao que o Presidente frisou que o limite da atribuição do Conselho é bastante claro, nos permitindo somente esclarecer assuntos omissos, dúbios ou conflitantes da lei, mas não alterá-la. No caso, o objetivo da discussão em termos simples é no sentido de definir se o pavimento superior do duplex é ático ou não. Na sequência o conselheiro Jeronimo Luís Rauber perguntou qual o posicionamento do Presidente sobre a questão. O

99 Presidente explicou ser de competência da Secretaria Municipal de Urbanismo o
100 cumprimento da lei e acrescentou que se o legislador definiu um limite de altura
101 referente ao número máximo de pavimentos, o fez para definir um gabarito máxi-
102 mo, razão pela qual o entendimento da SMU é que esse limite não deve ser ex-
103 trapolado, razão pela qual se for utilizado mais um pavimento como área privativa,
104 tipo duplex, o entendimento da Secretaria é que se está falando em novo pavi-
105 mento. O Presidente deixou claro que o que se está discutindo não é a diminuição
106 da altura dos edifícios, mas o cumprimento da intenção do legislador, acrescen-
107 tando que particularmente é a favor da verticalização em certas áreas consolida-
108 das, para que se otimize o uso das infraestruturas existentes, completando que
109 não é contra o solo criado, conquanto que seja definido onde e como. O conse-
110 lheiro Jeronimo Luís Rauber mencionou que existem duas sessões da lei nº
111 215/2012, uma delas falando sobre coeficiente de aproveitamento, onde tem um
112 artigo que trata que determinados usos do ático, tais como casa de máquinas,
113 caixa d'água, dependência do zelador etc., usos estes que não são considerados
114 como área computável e existe outra sessão que fala da altura da edificação, on-
115 de o ático não é considerado como pavimento, falando inclusive que o ático pode
116 ser usado como pavimento superior do duplex, completando que pelo seu enten-
117 dimento, o legislador pode ter tentado alcançar o objetivo mencionado pelo Presi-
118 dente, porém não foi o que foi escrito, lembrou ainda que esta lei partiu do execu-
119 tivo, foi aprovada na Câmara de Vereadores e foi ratificada recentemente pelo
120 Tribunal de Justiça. O conselheiro Robson Carlos Santos diante da falta de defini-
121 ção do ático levou o raciocínio para o impacto do elemento nos vizinhos, onde
122 mencionou que não vê problemas em permitir o uso do ático, já que o sombrea-
123 mento da caixa d'água já acontece. A conselheira Maria Inês Freitas dos Santos
124 sugeriu que como módulo e desde que atenda aos recuos exigidos, o ático pode-
125 ria ser permitido. O conselheiro Rodrigo Lamim frisou que o objetivo da lei era ter
126 um pavimento a mais, mas não foi colocada na lei de forma clara e que o Conse-
127 lho deve deliberar sobre o que pode ser permitido no ático, lembrou que existem
128 situações onde a circulação vertical e caixa d'água estão na extrema do edifício,
129 ou seja, sem recuos. Rodrigo lembrou que na discussão deve se levar em conta
130 também situações onde o ático fica em cima do embasamento. O conselheiro Jo-
131 ão Leite de Barros lembrou que o exemplo apresentado na explanação do arquite-
132 to Ricardo, o ático não acompanha o barrilete e a caixa d'água, ou seja, não está
133 na projeção e isso tem um impacto de insolação e na ventilação dentro da cidade,
134 questionou também a falta de recuo na lateral. O conselheiro Marcio Cristiano
135 Dorneles Dias questionou a mesa se existe um padrão de aprovação e está sen-
136 do proposto mudá-lo. O Presidente mencionou que é grande a divergência de en-
137 tendimento do tema entre os analistas versus projetistas, razão pela qual o assun-
138 to foi trazido para ficar definitivamente esclarecido. O conselheiro Homero Bruno
139 Malburg mencionou que historicamente o ático tinha uma definição nos planos
140 diretores, sendo o pavimento acima da última laje, que poderia ocupar no máximo
141 50% da área dessa laje. A conselheira Amanda Schneider mencionou que se a
142 área do ático for usada por apartamento ela deve ser computável, frisou que com
143 a explanação do arquiteto Ricardo ficou entendido o porquê de muitos apartamen-
144 tos na Praia Brava utilizarem a suas áreas de lazer no último pavimento. O conse-
145 lheiro Jeronimo Luís Rauber falou que o Conselho não pode deliberar nada con-
146 trário à legislação, ao que o Presidente indagou aos conselheiros se acreditam
147 que esteja claro essa definição, pois pelo entendimento da SMU ela está dúbia,

ATA DA 80ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMGDT

por isso o assunto foi trazido ao CMGDT. O conselheiro Fábio Inthurm mencionou que está claro na lei que o ático pode ser usado, desde que ocupado como área de lazer ou área comum. O conselheiro Eduardo Luís Agostini da Silva propôs que se a área do ático for de uso privativo conte como pavimento, sugestão que resolve a questão do uso como duplex superior. O conselheiro Jeronimo Luís Rauber questionou sobre a situação dos projetos aprovados, já que vários projetos posteriores a 2012 foram aprovados como andar superior do duplex. O Presidente esclareceu que o CMGDT é deliberativo e o que for decidido no Conselho, vai ser respeitado pela SMU. Quanto aos projetos aprovados, essa deliberação não os alcança, à que quem tem projeto aprovado, adquiriu o direito. O conselheiro João Leite de Barros lembrou que o projeto tem a validade de um ano, findado este prazo e a obra não iniciada o direito é perdido. Não havendo outros questionamentos, o Presidente colocou em votação a proposta de encaminhamento do conselheiro Eduardo Luís Agostini da Silva, que sugeriu que se o ático for usado como privativo, deve ser considerado como pavimento, proposta que foi acatada pela grande maioria dos conselheiros, mas com dois votos contrários: do representante da CRECI, que se pronunciou dizendo que a decisão vai contra o que a lei define e da representante da APROBRAVA, que acredita que a decisão do Conselho vai gerar mais conflito. Partindo para o segundo assunto, o arquiteto Ricardo passou a fazer uma descrição técnica sobre **(ii)** mezanino. Explicou que no Código de Obras o tema foi incluído no item 45 do glossário; falou também sobre a Lei do Embasamento [Lei nº 5859/2011], mencionando que ela foi criada com o objetivo de propiciar um aumento na capacidade de vagas de estacionamento nos empreendimentos. Seguindo sua apresentação, o arquiteto demonstrou que as duas leis conflitam sobre o tema em relação à área permitida, gerando com isso divergência de interpretação por parte dos analistas e projetistas. Exemplificou algumas situações que demonstram esse conflito e por final frisou que na Lei de Zoneamento, o mezanino não é considerado pavimento se estiver dentro do pé direito de 6,20m, sendo permitido no térreo. O conselheiro Rodrigo Lamim complementou citando que a Lei do Embasamento permite que pisos intermediários sejam usados como garagem. O conselheiro Homero Bruno Malburg explicou aos conselheiros que muitas vezes o projeto é analisado e aprovado de uma forma, mas é executado de outra, fazendo na sequência, um breve histórico sobre o uso de mezanino na arquitetura. O conselheiro Eduardo Luís Agostini da Silva sugeriu que seria conveniente o Conselho solicitar um parecer à Procuradoria Geral do Município sobre o assunto, até para que seja dado o parecer sobre a prevalência da lei mais recente, que, em princípio, deveria ser respeitada. A conselheira Flávia Cristina Faita Sehn questionou se não seria apropriado a criação de resoluções sobre o tema, ao que o Presidente lembrou que o Conselho não pode alterar a lei, somente esclarecê-la. O conselheiro Marcelo Fóes Scherer, concordando com a opinião do conselheiro Eduardo Luís Agostini da Silva, mencionou que a questão do mezanino está prevista em lei, o que gera dúvida era a questão do uso residencial, pois a Lei Municipal nº 5859/2011 trata do embasamento como uso de serviço, garagens e afins, enquanto que, posteriormente, a Lei de Zoneamento possibilitou de uso do mezanino em edifícios residenciais, não deixando muito claro contar como pavimento ou não. Finalizou, afirmando que o Código de Obras deixa claro que a permissão para o uso é de 1/3 do pavimento. O conselheiro Jeronimo Luís Rauber destacou que já que a SMU está caminhando para a o processo de simplificação na análise de projetos, onde a prioridade é analisar o

ATA DA 80ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMGDT

projeto das paredes para fora e, dentro dessa metodologia, o que acontece dentro do pavimento térreo, que pode ter 6,2m de pé direito, não importa. Por outro lado, o conselheiro Homero Bruno Malburg frisou que o artigo nº 7, menciona que o mezanino deve ter área inferior a projeção da área da maior laje, mas não determina quanto, desta forma a lei é falha, pois se o projetista deixar um vazio de 1x1 metro, já pode ser considerado mezanino. O conselheiro Eduardo Luís Agostini da Silva reforçou a necessidade do Conselho respeitar a hierarquia das leis, propondo que sejam utilizadas as leis mais recentes que tratam do mesmo assunto. Frente a isso, o Presidente sugeriu que o assunto fosse retirado da pauta e encaminhado à Procuradoria, para que depois retorne ao CMGDT para discussão definitiva, proposta aceita pelos conselheiros por unanimidade. Seguindo para o terceiro assunto (iii), o Presidente começou a explanar sobre o trabalho que está sendo feito pela Comissão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano. Registrou que hoje há aproximadamente R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões) de saldo no Fundo, sendo que parte deste recurso está comprometido com aprovações anteriores do CMGDT para as obras do Caminho de Cabeçadas e do alargamento da Ponte Francisco Queiroz de Almeida. Relatou que existem aproximadamente R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) a receber e R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) a devolver, por empreendimentos que não puderam se utilizar da Outorga Onerosa do Direito de Construir, em face da liminar contra a Lei Complementar nº 214/2012. A conselheira Amanda Schneider solicitou explicações sobre a comissão que o Presidente fez alusão, ao que lhe foi respondido que se trata da comissão interna do próprio Conselho, instituída na reunião ordinária do CMGDT ocorrida no início de março. O Presidente completou lembrando que na última reunião do Conselho foram apresentadas algumas sugestões para aplicação dos recursos, ocasião em que fora aprovado o uso de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a obra de Restauro da Igreja Imaculada Conceição, onde também foi solicitado que a comissão fizesse o levantamento de custo de outras propostas apresentadas pela mesa, para que o assunto pudesse melhor ser debatido pelo plenário, que é o que estava acontecendo na reunião. O conselheiro Rafael da Silveira Santos Albuquerque dando continuidade ao propósito da reunião, inicialmente citou os itens de urgência da obra de Restauro da Igreja Imaculada Conceição que serão executados com o valor aprovado, e na sequência submeteu aos conselheiros a lista de ações sugeridas pela Comissão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, onde mencionou que foram elencadas 4 prioridades entre as propostas apresentadas na última reunião, destacando que, por prudência, o enfoque da aplicação dos recursos se dará nas desapropriações e não nas obras. A primeira prioridade sugerida foi para o prolongamento da Rua Alberto Werner e alargamento da Travessa André Barbi, no Bairro Vila Operária, no valor aproximado de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), seguida pelo prolongamento da Rua Eduvigens Theodoro da Cunha, Bairro Cordeiros, que fará um binário de acesso a Murta e também um retorno de quadra para a Avenida Dr. Reinaldo Schmithausen, no valor de R\$ 1.125.000,00 (um milhão, cento e vinte e cinco mil reais). Como terceira prioridade, foi sugerida a correção de geometria da Rua Aristides Francisco Palumbo para continuidade da Rua Duque de Caxias (Vila Operária), com valor estimado de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) e por último foram elencadas propostas de novas ligações para pedestres e ciclistas entre os bairros São Vicente e São João, onde foram reservados R\$ 1.800.000,00 (hum milhão e oitocentos mil reais). A conselheira Maria

Inês Freitas dos Santos relatou a problemática da Avenida Osvaldo Reis e sugeriu que seja trabalhada a área nas proximidades da Escola Gaspar da Costa Moraes com a criação de uma passarela, relatou que com a intervenção, o tempo do trajeto entre Itajaí e Balneário Camboriú seria reduzido pela diminuição das travessias de pedestres. O conselheiro Sálvio de Jesus mencionou que a passarela sugerida nas proximidades da Escola Gaspar da Costa Moraes é viável, porém alertou que se não for feito um elemento que barre a travessia no nível do solo, os pedestres não irão utilizar a estrutura. O conselheiro Antônio Carlos Floriano sugeriu a possibilidade de se adotar em Itajaí o rodízio de placas em horários de grande fluxo de automóveis, mas também trouxe para o Conselho uma nova demanda, que se refere à obra do “Anexo do Palácio Marcos Konder”. Segundo Floriano, a obra que seria feita com parte do recurso proveniente do governo estadual, teve seu convênio anulado recentemente, motivo este que fará com que a obra pare por falta de recursos faltando apenas 40% para a sua conclusão. Por essa razão, o conselheiro Floriano solicitou que se incluísse a obra do Anexo do Palácio Marcos Konder na listagem de intervenções que seriam feitas utilizando os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano. A conselheira Amanda Schneider pediu explicações à mesa sobre os componentes que integraram a comissão, mencionando que tem conhecimento somente da comissão que está analisando os conflitos do zoneamento. O Presidente respondeu que naquela reunião do CMGDT acontecida na sala de reuniões, quando da discussão sobre recursos para o alargamento da Ponte Francisco Queiroz de Almeida, foi formada a comissão pelos conselheiros Osmar Adriano, Rodrigo Lamim e Roberto Carlos Raimundo como membros não-governamentais e os conselheiros Rafael Albuquerque, Wellington Luiz Sagaz e Francisco Carlos do Nascimento, como governamentais, para analisar a situação dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano. Repetindo, o Presidente explicou que na última reunião foram trazidas algumas propostas para aplicação dos recursos do fundo e foi solicitado pelo plenário que as informações fossem sintetizadas e os custos majorados para que o Conselho pudesse debater melhor sobre as propostas. Retomando o pleito para recursos para as obras do Anexo do Museu, o conselheiro Antônio Carlos Floriano reforçou que o Palácio Marcos Konder é a segunda edificação mais importante do município depois da Igreja Imaculada Conceição, e que sua restauração foi finalizada, devendo o museu que nele funcionará ser inaugurado em setembro e sem o recurso solicitado, a obra do anexo ficará inacabada, por isso o conselheiro achou importante colocar o assunto em pauta. O conselheiro Jerônimo Luís Rauber perguntou a mesa sobre a possibilidade de se trabalhar com permuta de potencial construtivo. O Presidente respondeu que por conta da liminar contra a lei do Solo Criado [LC nº 214/12], para evitar a insegurança jurídica, é prudente buscar outras alternativas, como a possibilidade de se usar o direito de preempção, lembrado na última reunião. O conselheiro Eduardo Luís Agostini da Silva lembrou que a lei nº 214/12 está em vias de voltar a vigorar, possibilitando a oportunidade de se premiar outras obras com os recursos do fundo. A conselheira Amanda Schneider mostrou preocupação quanto à necessidade de recursos adicionais à obra do Caminho de Cabeçadas, em função dos escorregamentos que ocorreram na morraria, ao que o Presidente apontou que nos valores trazidos pela Comissão, já se encontram incluídos os valores adicionais, que totalizariam cerca de R\$ 6 milhões para a obra como um todo. A conselheira Amanda Schneider questionou a mesa se são feitas atas das reuniões das comissões e se po-

dem ser encaminhadas aos conselheiros. O Presidente respondeu que até então, as atas estavam sendo enviadas somente aos integrantes das comissões, mas que não vê problema para que elas sejam encaminhadas também aos demais conselheiros. Frente ao debate sobre os locais onde poderiam ser aplicados os recursos, o Presidente solicitou que secretário do Conselho fizesse chegar aos conselheiros a apresentação no programa “Microsoft Powerpoint” sobre o estudo sobre “Outorga Onerosa do Direito de Construir”, apresentado na reunião anterior. O conselheiro Robson Carlos Santos se referiu ao Anexo do Palácio Marcos Konder, mencionando que é uma obra no centro da cidade não pode ficar inacabada, tão pouco abandonada. Diante da discussão iniciada na reunião passada com a apresentação da Comissão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, o Presidente colocou em votação, em separado, primeiramente a homologação do uso de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a obra da Igreja Imaculada Conceição, votação esta que teve aprovação unânime dos conselheiros. O conselheiro Rafael da Silveira Santos Albuquerque sugere que o recurso R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), reservados para novas ligações para pedestres e ciclistas entre os bairros São Vicente e São João, sejam remanejados para a finalização do anexo do museu, visto que a prefeitura ainda não possui projeto executivo para as ligações. O conselheiro Jeronimo Luís Rauber perguntou se no projeto de restauro do museu está incluído o entorno, já que o camelô foi retirado e o local ficou abandonado. O conselheiro Antônio Carlos Floriano respondeu que a Praça Arno Bauer possui um projeto específico, que inclusive foi licitado, mas por contenção de despesas a execução da obra não foi adiante. O conselheiro João Leite de Barros defendeu a necessidade de aplicação de recurso no Anexo do Palácio Marcos Konder dado seu valor histórico e dependendo da possibilidade orçamentária, incluir também a praça. O conselheiro Joesemar Siemann mencionou que o Conselho está destacado muito recurso para a cultura sendo que a cidade possui muitas outras necessidades. O conselheiro Jeronimo Luís Rauber perguntou se existe a possibilidade do Governo do Estado reembolsar o fundo no caso da liberação do recurso. O conselheiro Antônio Carlos Floriano respondeu que essa é uma questão política. O conselheiro Eduardo Luís Agostini da Silva sugeriu como encaminhamento que a questão seja levada primeiramente a comissão que trata do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e somente depois seja debatida no CMGDT. O Presidente acatou a sugestão do conselheiro Eduardo Luís Agostini da Silva e incluiu o assunto na pauta para a próxima reunião, logo após o Presidente colocou em votação a aplicação do recurso proveniente do solo criado para a desapropriação dos imóveis apresentados pelo conselheiro Rafael da Silveira Santos Albuquerque, sendo as propostas aprovadas com a maioria dos votos, mas com o voto contrário da UNIBRAVA. Pelo adiantado da hora, o Presidente indicou que o quarto assunto **(iv)** os casos enquadrados como permissíveis sejam tratados numa reunião extraordinária, o que foi acatado pelo plenário. **V – apresentação de propostas de pauta para a próxima reunião:** Então, além desses casos permissíveis, o Presidente sugeriu que na próxima reunião seja trazido o posicionamento da comissão que analisa o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, ouvido o conselheiro Antônio Carlos Floriano, em relação ao Anexo do Palácio Marcos Konder e a Praça Arno Bauer. Aberta a palavra para outras sugestões e não havendo outras sugestões, o Presidente colocou em votação a pauta sugerida, que foi aprovada por unanimidade.

344

345 **VI – Manifestações Gerais:** O conselheiro Giordano Zaguini Furtado fez uma ex-
346 planação sobre a recente tomada de decisão do Tribunal de Justiça que acabou
347 com o efeito suspensivo da ZEA – Zona Especial Ambiental da Lei de Zoneamen-
348 to, decisão que se baseou no caráter complementar das leis, equiparando a Lei
349 de Zoneamento ao Plano Diretor. O conselheiro sugeriu que houvesse uma mani-
350 festação oficial do Conselho sobre o assunto, onde seria elaborado documento
351 mencionando que já estão sendo feitos estudos para levantar o problema das leis
352 para subsidiar a elaboração de um novo zoneamento. Após várias manifestações,
353 o Presidente submeteu a proposta do conselheiro à apreciação dos conselheiros
354 que pela maioria dos votos se posicionou contrário a essa exposição. Dado o adi-
355 antado da hora, o Presidente sugeriu o encerramento da reunião, acatado por u-
356 nanimidade pelos conselheiros. **VII – Encerramento:** Nada mais tendo a relatar, a
357 reunião foi encerrada às 21h35min (vinte e uma horas e trinta e cinco minutos), da
358 qual se fez lavrar a presente ata lavrada por mim, Daniel Moojen Lemos, secretá-
359 rio, que vai assinada, pelo Presidente do Conselho, Amarildo Madeira, e pelos
360 demais conselheiros que assim desejarem. **Itajaí/SC,**
361 **05/07/2016.**_____ (secretário) e _____ (presidente).